

Demonstrações Financeiras

Turma do Bem

31 de dezembro de 2011 e de 2010
com Relatório dos Auditores Independentes

Turma do Bem

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e de 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores da
Turma do Bem

Examinamos as demonstrações financeiras da Turma do Bem ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

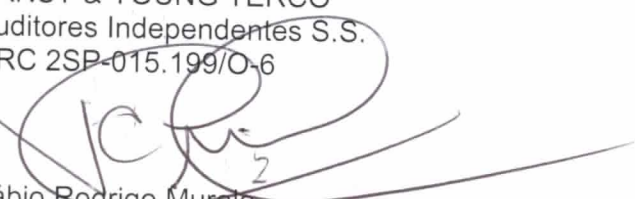
A Entidade, sem fins lucrativos, obtém parte substancial de suas receitas por meio de contribuições e doações de terceiros, que somente podem ser identificadas quando dos seus registros contábeis. Nossos exames, nestas áreas, abrangem, exclusivamente, o confronto dos valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Turma do Bem em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

São Paulo, 01 de junho de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6



Fábio Rodrigo Murato
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Turma do Bem

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

	2011	2010
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	948.279	598.508
Estoques	8.929	-
Outros valores a receber	19.281	-
Total do ativo	<u>976.489</u>	<u>598.508</u>
Não circulante		
Imobilizado líquido (Nota 4)	80.697	7.909
Total do ativo não circulante	<u>80.697</u>	<u>7.909</u>
Total do ativo	<u>1.057.186</u>	<u>606.417</u>
Passivo		
Circulante		
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias (Nota 5)	104.307	30.516
Contas a pagar	34.390	4.716
Total do passivo circulante	<u>138.697</u>	<u>35.232</u>
Não circulante		
Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota 7)	118.766	-
Total do passivo não circulante	<u>118.766</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido		
Superávit acumulado (Nota 8)	799.723	571.185
	<u>799.723</u>	<u>571.185</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.057.186</u>	<u>606.417</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Turma do Bem

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas de contribuições e doações (Nota 13)	3.128.681	2.527.662
(-) Custos operacionais (Nota 14)	(816.406)	(383.222)
Superávit bruto	<u>2.312.275</u>	<u>2.144.440</u>
Despesas operacionais:		
Despesas administrativas (Nota 15)	(2.060.394)	(1.715.654)
Despesas tributárias	(4.725)	(1.291)
Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota 7)	(118.766)	-
	<u>(2.183.885)</u>	<u>(1.716.945)</u>
Superávit operacional	<u>128.390</u>	<u>427.495</u>
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(27.280)	(26.791)
Receitas financeiras	127.428	57.723
	<u>100.148</u>	<u>30.932</u>
Superávit do exercício	<u><u>228.538</u></u>	<u><u>458.427</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Turma do Bem

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	112.758	-	112.758
Superávit do exercício	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício anterior	458.427	458.427 (458.427)	458.427
Saldos em 31 de dezembro de 2010	571.185	-	571.185
Superávit do exercício	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício anterior	228.538	228.538 (228.538)	228.538
Saldos em 31 de dezembro de 2011	799.723	-	799.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Turma do Bem

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

	2011	2010
Das atividades operacionais		
Superávit do exercício	228.538	458.427
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações	5.861	4.124
Provisão para demandas judiciais	118.766	-
	353.165	462.551
Decréscimo/(acrécimo) em ativos:		
Estoques	(8.929)	-
Outros valores a receber	(19.281)	-
Tributos a recuperar	-	10.917
Acrécimo/(decrécimo) em passivos:		
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	73.792	15.624
Contas a pagar	29.674	2.179
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	428.421	491.271
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(78.650)	(700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(78.650)	(700)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	349.771	490.571
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	598.508	107.937
No final do exercício	948.279	598.508
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	349.771	490.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Entidade é uma sociedade civil, sem fins lucrativos com seus atos constitutivos arquivados no 3º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 570277 em sessão de 25/07/2008, e tem como finalidade desenvolver ações de voluntariado, valorização do voluntariado, apoio a entidades do terceiro setor, desenvolvimento de cursos e capacitação profissional, organização de mutirões e promoção da cultura, atividades artísticas e culturais.

A Entidade concede com observância do limite mínimo fixado pelo artigo 3º, inciso VI do Decreto nº 2.536/98, gratuidades e beneficências, sendo considerados como gratuidade os recursos investidos no desenvolvimento de suas atividades sociais. Sua sede social está localizada na Cidade de São Paulo - SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e orientações contidas na NBC T 10.19 (Entidades sem fins lucrativos), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Políticas contábeis

Apuração do resultado - Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC T 10.19 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) *Julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(i) Impostos

A Entidade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Entidade.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) *Estimativas e premissas--Continuação*

(ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece, quando aplicável, provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 4, reconhecidos no resultado do exercício, e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Políticas contábeis--Continuação

Riscos contingentes

A Entidade adota o procedimento de divulgar em nota explicativa todos os processos tributários, trabalhistas e previdenciários, identificando os referidos processos pela estimativa de perda em prováveis e possíveis. Para os processos classificados como perda provável, quando aplicável. Quando o processo em andamento for transitado em julgado, o valor envolvido é registrado como contas a pagar, na rubrica contábil de "Provisão para contingência".

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	26	83
Banços conta movimento	4.721	22.676
Aplicações financeiras	943.532	575.749
	948.279	598.508

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por investimentos em CDBs de renda fixa, em instituições de primeira linha, com rendimentos que variam de 0,5% a 1,5% ao mês.

As aplicações financeiras registradas neste grupo possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

4. Imobilizado

	% - Taxa anual	2011	2010
Equipamentos de informática	20	16.841	16.842
Móveis e utensílios	10	9.759	6.299
Instalações	20	4.140	1.340
Equip. odontológicos	20	72.390	-
		103.130	24.481
Depreciações acumuladas		(22.433)	(16.572)
Imobilizado líquido		80.697	7.909

Resumo de movimentação

	2011	2010
Saldo inicial	7.909	11.333
(+) Aquisições	78.650	700
(-) Depreciação	(5.861)	(4.124)
Saldo final	80.698	7.909

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

5. Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

Descrição	2011	2010
Salários	57.019	2.520
INSS	20.355	11.220
FGTS	6.180	4.381
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	6.605	6.951
Outros	14.148	5.444
	104.307	30.516

6. Tributos

6.1. Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com Decreto nº 76.186, de 02/09/75, e os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal (CF).

6.2. PIS/PASEP e COFINS

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97, e goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade (contribuições associativas), de acordo com a Lei nº 9.178/98.

6.3. Obrigações previdenciárias

A Entidade não possui isenção previdenciária, portanto, os valores relativos às contribuições previdenciárias são devidos e recolhidos nos prazos estabelecidos pela legislação.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

7. Provisões para demandas judiciais

Descrição	2011	2010
Provisão para demandas trabalhistas	118.766	-
	118.766	-

Com base na posição dos assessores jurídicos e na análise de riscos, a Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e previdenciários.

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação pelas autoridades fiscais.

8. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial acrescido dos superávits e diminuído dos déficits acumulados desde a fundação da Entidade.

9. Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

10. Concessão de gratuidades

Foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo artigo 3º, inciso VI do Decreto nº 2.536/98, gratuidades e beneficências para o atendimento ao jovem e à criança carente em programa de acompanhamento e tratamento dentário. Todo o tratamento é oferecido de forma gratuita, portanto, opera-se na Entidade a gratuidade de 100% para os serviços relacionados à saúde bucal.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

11. Certificados de utilidade pública

A Entidade possui a certificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) amparada pela Lei nº 9.790/99, não estando certificada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para as isenções previstas nos certificados de utilidade pública, conforme Decreto Federal nº 1.124 de 04/06/62, Lei Estadual nº 119, de 27/07/48, Decreto Municipal nº 36.019/96, de 17/04/96, e CNAS nº 033.708/44, de 28/11/44, o que garante subvenções de recursos dos respectivos órgãos.

12. Projetos sociais

12.1. Dentista do Bem

Como objetivo principal da Entidade, o Dentista do Bem visa proporcionar de forma gratuita o tratamento da saúde bucal de jovens carentes entre 11 a 17 anos, bem como o acompanhamento, educação com saúde bucal e a prevenção. Os procedimentos são efetuados por profissionais qualificados e dedicados sem a contrapartida de valores a título de honorários.

12.2. Sorriso do Bem

Com o objetivo de valorizar a iniciativa, profissionais são escolhidos durante o ano e homenageados pelos trabalhos executados. A valorização promove o incentivo a estes profissionais que, de forma gratuita, executam serviços profissionais até a maioridade da criança.

12.3. Assistentes do Bem

Jovens atendidos no Projeto Dentista do Bem, depois de terem seus sorrisos e autoestima recuperados, têm a oportunidade de ingressar no projeto Assistente do Bem, que oferece o curso de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB). Assim, oferecemos ao jovem a oportunidade de ter uma profissão e um aumento da renda familiar.

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

12. Projetos sociais--Continuação

12.4. Dentista Verde

O projeto tem o propósito de ser o início de um processo de construção de um conjunto de iniciativas que possa levar a odontologia a se tornar, em um futuro próximo, uma profissão voltada não apenas para os cuidados com a saúde do indivíduo, mas também com o bem-estar do planeta. E, entre todos os desafios a que nos propomos, talvez o maior deles esteja em não inventar novas tecnologias, que muitas vezes custam caro e geram poucos resultados, mas em desenvolver a capacidade de um olhar crítico, de reavaliar velhos hábitos e descobrir formas mais inteligentes de nos relacionarmos com o ambiente que nos cerca.

12.5. Liga do Dentista Limpo

Com o objetivo de difundir informações e práticas de biossegurança para os nossos dentistas voluntários e para a classe odontológica, foi criada a Liga do Dentista Limpo com orientações sobre como melhorar a rotina nos procedimentos de limpeza, desinfecção e esterilização.

13. Receita de doações

As doações recebidas pela Entidade são registradas quando da efetiva entrada dos recursos:

Descrição	2011	2010
Doações de pessoas físicas	70.187	33.874
Doações de pessoas jurídicas	3.033.616	1.824.841
Doações de organismos internacionais	-	661.294
Venda de bens e serviços	24.478	7.653
	3.128.281	2.527.662

Turma do Bem

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em Reais)

14. Custos operacionais

Os custos operacionais estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	2011	2010
Serviços de comunicação	(60.643)	(46.049)
Gastos Projeto Dentista do Bem	(5.439)	(30.298)
Gastos Projeto Sorriso do Bem	(683.834)	(89.245)
Gastos Projeto Trem da Vale	(43.425)	-
Gastos com demais projetos	(23.065)	(216.480)
Outros custos	-	(1.150)
	(816.406)	(383.222)

15. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão representadas da seguinte forma:

Descrição	2011	2010
Despesas com pessoal	(1.070.201)	(654.311)
Despesas com apoio administrativo	(507.675)	(670.670)
Despesas com prestação de serviços	(419.199)	(357.493)
Outras despesas	(63.319)	(33.180)
	(2.060.394)	(1.715.654)